



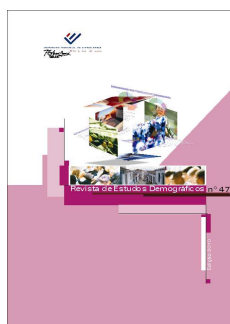
População

Nº. 48 – Novembro 2010

Revista de Estudos Demográficos

Revista de Estudos Demográficos, Nº. 48 – Novembro 2010

O Número 48 da Revista de Estudos Demográficos integra cinco artigos:



- O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações
Autoras: *Paula Santana; Cláudia Costa; Rita Santos; Adriana Loureiro*
- Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005)
Autora: *Isabel Tiago de Oliveira*
- Primeira Reflexão Sobre a Fecundidade, as Condições de Trabalho e as Políticas de Apoio à Maternidade Numa Perspectiva Regional
Autoras: *Maria Luís Rocha Pinto; Maria Cristina Sousa Gomes*
- Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise
Autoras: *Maria Helena Santos; Maria Isabel Baptista; Sónia Cardoso; Susana Clemente*
- A Situação Demográfica Recente em Portugal
Autoras: *Maria José Carrilho; Lurdes Patrício*

O Instituto Nacional de Estatística acaba de editar o n.º 48 da **REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (RED)**.

A RED tem uma longa tradição na divulgação de estudos demográficos em Portugal. O primeiro número foi editado em Junho de 1945 e, desde então, tornou-se num pólo de referência para a divulgação de estudos que procuram caracterizar as principais linhas de evolução da situação demográfica nacional e o seu enquadramento na situação internacional.

Reeditada em 2002, após alguns anos de interrupção, a RED tem, desde então, uma periodicidade semestral, sendo um número temático e outro generalista. Com o presente número divulgam-se cinco artigos cujos resumos se apresentam em seguida:

O PAPEL DOS ESPAÇOS VERDES URBANOS NO BEM-ESTAR E SAÚDE DAS POPULAÇÕES

A tarefa de identificar com precisão as características ambientais que podem influenciar a saúde (ou a doença) das populações e a forma como podem ser medidas e monitorizadas, tornou-se um dos grandes desafios nos fóruns políticos e académicos. A declaração de Alma-Ata, há pouco mais de 30 anos, chamava a atenção para o papel das várias instituições e sectores de actividade na prevenção da doença e promoção da saúde, principalmente nos países de maior vulnerabilidade económica e social. Reclamava-se a necessidade de expandir a avaliação, o planeamento e as acções de saúde pública para além do campo restrito do sector da saúde.

De facto, as características do espaço urbano, nas suas múltiplas dimensões, e as práticas de ordenamento e planeamento do território podem afectar positiva ou negativamente o bem-estar e a saúde das populações, sendo tão ou mais importantes do que as características dos indivíduos para a compreensão das questões de saúde.

A oferta de Espaços Verdes Urbanos (EVU) seguros, limpos e confortáveis tem impactes na saúde, medidos de forma directa, através do estado de saúde autoavaliado e longevidade e, de forma indirecta, através da melhoria da qualidade ambiental. Por exemplo, a proximidade dos EVU às áreas residenciais contribui para a melhoria da qualidade do ar, atenua o efeito da poluição e a “ilha de calor urbano” e proporciona aos residentes um ambiente físico que incentiva a prática de actividade física, incluindo a marcha. Ainda, a existência de EVU próximos da residência e a sua utilização melhoram a capacidade de concentração e disciplina das crianças (principalmente do sexo feminino) nas actividades do dia-a-dia, proporcionam o alívio do stress urbano e da fadiga, com consequências na diminuição da agressividade e da violência, e influenciam a capacidade de relacionamento com os vizinhos e os sentimentos de pertença a um lugar (bairro, cidade).

O propósito deste artigo é avaliar a oferta (nos aspectos da qualidade, segurança, conforto, etc.) e a utilização dos EVU e a sua potencial influência no bem-estar e na saúde individual e comunitária, contribuindo para: i) o avanço do conhecimento da associação entre a oferta e a utilização de EVU e o impacte na saúde urbana; ii) o desenvolvimento de novas metodologias de análise e avaliação dos EVU.

São colocadas em destaque as potencialidades do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Esta ferramenta permitiu avaliar com precisão a adequação da oferta às necessidades da população potencialmente utilizadora, tendo em conta a escala do bairro, freguesia e município. Sendo a saúde um tema estratégico para o desenvolvimento municipal, regional e nacional, importa desenvolver metodologias que permitam aos decisores políticos e à sociedade civil ter acesso a informação adequada às várias escalas de intervenção.

MORTALIDADE: COMPRESSÃO, DESLOCAMENTO E CAUSAS DE MORTE (PORTUGAL 1950-2005)

Esta abordagem sobre a mortalidade em Portugal, entre 1950 e 2005, discute duas perspectivas sobre a evolução da mortalidade: a hipótese da concentração-rectangularização e a perspectiva, mais recente, da deslocação da mortalidade. Em Portugal, o aumento da esperança de vida, nos últimos anos, foi acompanhado por uma diminuição da dispersão, se considerados todos os óbitos; e, por outro lado, por uma manutenção da dispersão, se isolado o efeito da diminuição da mortalidade infantil.

O efeito das diferentes causas de morte na dispersão da mortalidade é também analisado, com base nas tábuas com eliminação de causas de morte, o que permite perceber as consequências da diminuição de cada uma das causas sobre a dispersão etária dos óbitos.

PRIMEIRA REFLEXÃO SOBRE A FECUNDIDADE, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS POLÍTICAS DE APOIO À MATERNIDADE NUMA PERSPECTIVA REGIONAL

Numa perspectiva regional procurou-se desenvolver um exercício exploratório de análise da problemática do declínio da fecundidade na sua relação com as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade.

Face aos resultados obtidos e à importância das variáveis de cariz sócio-económico para a explicação da fecundidade torna-se óbvia a necessidade de, por um lado de reflectir sobre contexto sócio-demográfico e sobre as políticas públicas e políticas locais. Por outro, ressalta a necessidade de articulação das políticas de apoio à família (maternidade/parentalidade) e as políticas de trabalho.



CASAR NA LISBOA DO SÉC. XIX – DUAS FREGUESIAS EM ANÁLISE

No século XIX Lisboa era a capital de um país onde se agudizavam os problemas de ordem económica, social e política. Nesse contexto, a urbe oitocentista ia evoluindo de forma desigual e segundo algumas tendências que importa entender. Foi este o sentido que nos dispusemos seguir ao optarmos por estudar a nupcialidade em duas freguesias lisboetas – Conceição-a-Nova e Santos-o-Velho – durante o período que corre de 1864 a 1890. Nessa análise, foi possível distinguir duas formas diferenciadas de sistemas de acesso ao casamento. Com efeito, a restrição, naquelas detectada, assume duas tendências diferentes: uma direccionada para os homens e outra para as mulheres. Diferenças que se prendem com especificidades existentes ao nível da estrutura por sexo e idade das populações em estudo.

A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE EM PORTUGAL

No período de 2001 a 2009, Portugal cresceu a um ritmo fraco e decrescente. O crescimento resulta quase exclusivamente do saldo migratório; o saldo natural diminuto, torna-se, em média, negativo nos últimos três anos. A queda da fecundidade agrava-se, permanecendo a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as gerações; a longevidade aumenta e os respectivos efeitos na composição etária da população marcam o processo do envelhecimento demográfico. A substancial redução do número de casamentos e o forte acréscimo tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios e da idade média ao casamento confirmam os novos modelos familiares no país.

Analisa-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram o grau do envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.